



- REQUERIMENTO      Número      /XI (1.ª)
- PERGUNTA      Número 2075/XI (1.ª)

Expeça-se

Publique-se

200103124

O Secretário da Mesa

**Assunto: Deslocalização de Serviço de Finanças (Maia)**

**Destinatário:** Ministério das Finanças e da Administração Pública

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

O Governo, através do Ministério das Finanças e da Administração Pública, tomou a decisão de proceder ao encerramento da Repartição de Finanças designada por Maia 2, tendo deslocalizado os respectivos serviços para a sede do Município da Maia.

Tal decisão tem provocado a oposição generalizada e bem justificada da população local, com especial destaque para a população da freguesia de Águas Santas, o mesmo sucedendo com os diferentes partidos e forças partidárias com representação local, incluindo o próprio Partido Socialista que apoia o Governo.

Esta decisão parece não ter tido em conta o elevado número de contribuintes residentes na área geográfica de influência do supra referido serviço de finanças, distância média de cerca de 10/12 quilómetros para a sede do Município para onde o Ministério determinou a nova localização deste serviço de finanças, nem tão pouco foi tido em conta o facto de não existirem transportes públicos de passageiros que estabeleça de forma expedita ligação entre a área geográfica onde antes se situava o serviço de finanças e a actual localização na sede do Concelho da Maia.

Face ao descrito, e tendo em conta os dispositivos constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério das Finanças e da Administração Pública**, esclareça as seguintes questões:



1. Que razões determinaram a deslocalização dos serviços de Finanças Maia 2 para a sede do Concelho?
2. Que considerações/ponderação relativa ao número de sujeitos passivos inscritos, à distância muito significativa relativamente à nova localização e aos transportes públicos (in)existentes, foi feita pelo Ministério antes de encerrar aquele serviço de finanças?
3. Face à indignação que esta decisão tem provocado, pensa o Ministério das Finanças, ou não, poder vir a rever esta decisão de encerramento?

Palácio de São Bento, 24 Março de 2010

O Deputado:



(Honório Novo)